

Interação e ensino

Ingo Voese/UFAL

A noção de interação quando, como qualquer outra, passa a ser usada em diferentes situações, a partir de posições teóricas até excludentes, corre o risco de perder sua importância como operacionalizadora de respostas a questões da linguagem. Em outros termos, quando uma noção como interação é utilizada para descrever, de ângulos radical ou parcialmente diferentes, as ações de interlocutores, torna-se obrigatório explicitar o lugar de onde se fala e de que tipo de interação se trata. Nada mais prejudicial à produção científica do que apagar as diferenças dos lugares teóricos de onde se opera: fazer acordos para aproximar posições que não são as mesmas deveria dar lugar a marcar as diversidades para, então, verificar se acordos são possíveis.

Neste trabalho, levantam-se algumas questões que, embora já possam ter sido abordadas em outras ocasiões, têm por objetivo aprofundar a reflexão, ao menos, sobre alguns aspectos da interação que se dá no processo de produção/leitura do discurso.

Que é que se entende, aqui, por interação? Assume-se que é um processo em que ocorrem ações entre, pelo menos, dois indivíduos, considerados, por isso, interlocutores, e que têm por objetivo constituir um **sentido possível** para um discurso enunciado. Evidentemente fica descartada, com o conceito de interação, a noção de código para a língua, visto que o sentido de um discurso se constitui pela interação. Não se quer dizer com isso que não se possa falar de um **significado lingüístico** (ou sentido literal), mas se afirma que ele não confere com o que produz a interação. O **significado lingüístico** (que será doravante denominado como **significado**) **participa da constituição do sentido de**

um enunciado à medida em que cria a possibilidade ou o espaço de aproximação de interlocutores que vão interagir. O significado de um termo da língua, embora de contornos vagos e ambíguos, permite que indivíduos se alcancem de uma forma precária, é certo. Contudo, justamente por ser assim, é ali que as histórias de cada um dos interlocutores contribuirão para fazer acréscimos ao significado e, assim, construir um sentido¹.

E o fato de não poder abrigar o sentido, mas apenas abrir o espaço de sua construção, faz com que a concepção de língua passe a ser entendida como uma sistematização aberta, e que, pelo fato de ser aberta e escalar², pode ser um meio de interação, desde que certas condições sejam atendidas.

Quando interlocutores interagem, valendo-se da língua, são compelidos pela própria constituição dela, a realizarem escolhas, quer em função dos objetivos a que se propõem, quer em função da avaliação que fazem do assunto, da situação e de si mesmos. Assim, toda a vez que se aciona a língua, precisamente porque ela não é código, a interação se torna necessária para que o enunciado possa ter ou o **sentido pretendido** pelo enunciante ou um **sentido possível e negociável** para os interlocutores. O fato de caber ao enunciante realizar as escolhas lingüísticas que constituirão o enunciado, não lhe dá, porém, garantia de que os significados dos elementos escolhidos sejam suficientes para "direcionar" a constituição do sentido.

Efetivamente, o fato de os significados dos elementos

¹ A distinção entre "significado" e "sentido" se faz mantendo as dicotomias de "significação" e "tema" de Bakhtin (1986) e de "significação" e "sentido" de Ducrot (1987); concepções que também assume GERALDI (1991).

² A noção de escalaridade abre condições para que se entenda que as escolhas que o enunciante faz, não são aleatórias, mas precisam levar em conta a força e a adequação que significam na orientação do interlocutor na construção de um sentido. Uma disposição escalar dos elementos lingüísticos remete à noção da potencialidade, o que representa a possibilidade de o enunciante poder influir sobre o sentido do seu enunciado. Por isso, o uso da língua implica, sempre, um processo de argumentação.

lingüísticos não serem precisos e unívocos, faz com que sejam apenas pistas orientadoras que podem ou não levar os interlocutores a um acordo sobre um sentido de um discurso.

Na **língua**, pois, **há o significado** e no **discurso se constitui o sentido**; na língua, o conhecido (mas que também se modifica pelas ações dos usuários) e no discurso, o novo, o único. Só haverá, contudo, o discurso, o sentido novo, e único, se se criarem as condições de interação, uma das quais se dá se houver uma base significativa que os interlocutores tomarão como espaço para interagirem.

Por isso pode-se dizer que fazer escolhas lingüísticas e enunciar não constitui ainda o que poderia ser considerado um discurso, isto é, um enunciado que produza um sentido: depende também de o receptor manifestar ter compreendido os significados e, entendendo-as como pistas, perceber qual o sentido que o enunciante pretendia constituir ao enunciar.

O enunciado só passa a ser discurso se, aproximando os interlocutores através de significados que compartilham, possibilitar a interação que produz um sentido e que, por isso, constitui os interlocutores como sujeitos (sempre no plural porque na interação está implícita a noção de pluralidade de participantes).

A individuação no discurso (tornar-se sujeito) faz-se, pois, sempre numa relação que pressupõe dois tipos de ações de, pelo menos, dois participantes, o que permitiria evitar confundir-la com individualização: alguém produzir e alguém interpretar o produzido. É que as escolhas que levam à individuação de ambos os interlocutores, para não parecerem ações de indivíduos isolados, requerem, além da noção de interação, uma explicitação da noção de consciência: os interlocutores, produzindo ou interpretando, se tornam sujeitos na constituição de sentidos através das escolhas feitas pelas suas consciências, entendidas aqui como algo materializado em forma de linguagem, sem o que não existiriam, como diz Bakhtin (1986):

"Fora de sua objetivação, de sua realização num material.

determinado (o gesto, o grito, a palavra), a consciência é uma ficção. Não é senão uma construção ideológica incorreta, criada sem considerar os dados concretos da expressão social. Mas, enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical, etc.), a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa. É preciso notar que essa consciência não se situa acima do ser e não pode determinar a sua constituição, uma vez que ela é, ela mesma, uma parte do ser, uma das suas forças; e é por isso que a consciência tem uma existência real e representa um papel na arena do ser. Enquanto a consciência permanece fechada na cabeça do ser consciente, como uma expressão embrionária sob a forma de discurso interior, o seu estado é apenas de esboço, o seu raio de ação ainda limitado. Mas assim que passou por todas as etapas da objetivação social, que entrou no poderoso sistema da ciência, da arte, da moral e do direito, a consciência torna-se uma força real, capaz mesmo de exercer em retorno uma ação sobre as bases econômicas da vida social. Certo, essa força materializa-se em organizações sociais determinadas, reforça-se por uma expressão ideológica sólida (a ciência, a arte, etc.) mas, mesmo sob a forma original confusa do pensamento que acaba de nascer, pode-se já falar de fato social e não de ato individual interior". (p.117-118)

A consciência se define, pois, como produto e possibilidade de interações discursivas. E é assim que se constitui um discurso interior que vai ou produzir o enunciado ou fazer a sua leitura. Em outras palavras, o discurso interior não é nada parecido com uma matriz inata: é a interiorização do que é exterior, do social. É o que entende Bakhtin, quando diz que "O centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão, que organiza a atividade mental, que a modela e determi-

na sua orientação". (p.112)

Isso possibilita a que se chegue à noção de determinação social da interação e dos interlocutores.

Para explicitar bem essa determinação, faz-se necessário entender que numa formação social, a formação ideológica que a sustenta, determina o tipo de relação (de força, ou seja, de poder) que se estabelece entre os diversos grupos sociais e, por conseguinte, também os diversos modos de usar a linguagem. Se, em função da relação assimétrica de forças, os grupos sociais são obrigados a se manterem vigilantes e ativos na finalidade de sobreviverem no conflito, e se o discurso é o espaço em que se produz o sentido que, enfim, é o que dá direção às ações humanas, é preciso controlar e orientar a produção do discurso. Com o objetivo de resguardar o seu espaço de produção de sentidos, o grupo social buscará fixar além de uma linha temática, também as regras e os modos enunciativos. O que significa que temática, regras e modos enunciativos se constituem a partir de uma orientação de interesses e valores do grupo que poderia corresponder à noção de ideologia. Estabelecem-se assim, as condições de produção do discurso.

É nessa dimensão que não só a língua e o discurso produzido acham-se comprometidos com uma dimensão ideológica, como também os interlocutores à medida em que suas consciências são discurso exterior interiorizado através de interações.

Se se quiser entender essa ampla determinação de ordem social a que se submetem os interlocutores no momento de construir e interpretar um enunciado, faz-se necessário precisar que a língua é algo inacabado que, embora de forma muito lenta, se modifica permanentemente pela atividade de seus usuários. E, por isso, é mais apropriado considerá-la processo do que produto. Assim, quando possibilita que os seus usuários interajam para constituírem sentidos, ela, ao mesmo tempo que põe condições e limites também sofre a influência da interação. Essa influência também se refere ao que se pode dizer como de ordem ideológica. Não seria infundado dizer que uma língua deve a sua disposição

escalar a componentes de ordem social ou ideológica: os conflitos de uma formação social gerados a partir de uma determinação ideológica, enquanto presentes e determinantes das consciências dos interlocutores no processo de interação, determinarão também a sistematização da língua. Desta forma, se pode dizer que os interlocutores, dentro de um processo de interação, ficam submetidos como que a uma rede de determinações sociais:

"De fato, a forma lingüística, (...), sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida". (BAKH-TIN, M. 1986. p. 95).

Em resumo, se assume que:

- 1) O discurso interior, instrumento de produção e de leitura do enunciado, se constitui a partir de interações discursivas que de modo nenhum se realizam fora da pressão da formação ideológica.
- 2) O meio de interação, a língua, é resultado do uso que, como qualquer ato humano, se submete também às determinações de uma formação ideológica: os significados da língua são sempre os significados que interessam a uma determinada formação social, ou melhor, a um grupo dominante de uma formação social.

- 3) O discurso, enquanto espaço de construção de um sentido e, por isso, construto de sustentação do grupo social, vai ser o lugar em que mais nitidamente atuará a ideologia: é que da produção do sentido depende a correlação das forças sociais, ou seja, da distribuição do poder.

Assim, as escolhas dos interlocutores, quer no ato de fazer uso da língua para construir o enunciado, quer no ato de interpretar o enunciado com um discurso interior, se fazem em função de um sentido a ser elaborado dentro de um contexto social e histórico. É, por isso, que se pode dizer que, embora pareçam ser do nível do indivíduo, as escolhas sempre decorrem de uma necessidade do grupo social, e que perpassa o discurso.

Diante, porém, das dimensões que a determinação social assume no processo interativo, caberia, ainda, falar da possibilidade de individuação? Não se estaria "assujeitando" os sujeitos?

Se, pelo que se disse, é aceitável que uma determinada formação ideológica, com sua função de mascarar as relações conflitivas, cria a ilusão do sujeito-enunciante, também se pode dizer que a noção de sujeitos (no plural), constituídos na interação discursiva, recupera a idéia de individuação: se o enunciante não existe sem o outro, será, porém, sempre o enunciante enquanto enunciar, e nunca será o outro para si. Só será o outro para o outro, o que lhe confere um espaço de atuação socialmente determinado, mas que é só de um dos interlocutores, e que interfere (apesar de toda a determinação) na constituição do sentido no discurso. Em outros termos, os interlocutores participantes de uma interação, não realizam ações iguais ao mesmo tempo: há trocas, acordos, disputas, lutas, conflitos, mas há sempre sentido novo pelo fato de interagirem consciências que nunca serão iguais (porque não terão nunca a mesma história de interações). Se não podem ser iguais, a noção de consciência, como discurso exterior/interiorizado/exteriorizado aceita a idéia de graus: há graus de consciência que dependem do alcance e da dimensão das interações vivenciadas. Quanto mais o indivíduo

interagir com o social, melhores condições terá ele para fazer escolhas, ou seja, de individualizar-se (com o outro).

Cabe, aqui, lembrar o que Geraldí (1991), muito apropriadamente, diz com relação ao que se assumiu:

"Focalizar a interação verbal como o lugar da produção da linguagem e dos sujeitos que, neste processo, se constituem pela linguagem significa admitir:

a) que a língua (no sentido sociolingüístico do termo) não está de antemão pronta, dada como um sistema de que o sujeito se apropria para usá-la segundo suas sumas necessidades específicas do momento da interação, mas que o próprio processo interlocutivo, na atividade de linguagem, a cada vez, a (re) constrói;

b) que os sujeitos se constituem como tais à medida que interagem com os outros, sua consciência e seu conhecimento do mundo resultam como 'produto' deste mesmo processo. Neste sentido, o sujeito é social já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que se constitui. Também não há sujeito dado, pronto, que entra na interação, mas um sujeito se completando e se construindo nas suas falas;

c) que as interações não se dão fora de um contexto social e histórico mais amplo; na verdade, elas se tornam possíveis enquanto acontecimentos singulares, no interior e nos limites de uma determinada formação social; sofrendo as interferências, os controles e as seleções impostas por esta. Também não são, em relação a estas condições, inocentes. São produtivas e históricas e como tais, acontecendo no interior e nos limites do social, constroem por sua vez limites novos" (p. 6 e 7).

Percebe-se, assim, que a interação se dá dentro de margens socialmente constituídas, e a individuação, por isso, ocorre num duplo sentido:

1) O fato de a língua não ser código e de levar os interlocutores a fazerem escolhas dentre elementos dispostos escalarmente, significa que a ação do usuário na construção de um sentido (que não é da língua, mas se constitui a partir dela e age sobre ela) pode influir e alterar, somada às ações dos demais usuários, tanto no significado dos termos quanto na sua disposição escalar. É que a disposição escalar, especialmente a de ordem estritamente lexical, deve-se às pressões de ordem social. Com a produção de sentidos novos, este tipo de pressão também pode se transformar.

No momento de individuação, pois, diz respeito à ação do usuário de uma língua com a língua sobre a língua. Embora a língua, por oferecer escolhas delimitadas e possíveis, limite as ações dos usuários, estes, por sua vez, podem alterar aquilo que os limitou.

2) Na produção do sentido, em cujo processo se encontram sempre consciências únicas, diferentemente determinadas pelas interações discursivas, as ações dos interlocutores vão agir num movimento reflexo sobre aquilo que os determina.

Daí que as condições para interagir e individuar-se (ser sujeito) implicam em:

- a) enunciar;
- b) interpretar (fazer leituras)
- c) ser o outro para o outro, isto é, ser enunciante para alguém ou ouvinte/leitor de alguém;
- d) ter consciência de que, quanto maior apreensão do

social se alcançar, melhores condições de interação haverá.

Pode-se dizer, portanto, que, embora determinados socialmente, os interlocutores quando interagem no espaço do que foi enunciado, participam da produção dos sentidos que as escolhas lingüísticas possibilitaram na situação enunciativa. E se o discurso deve a sua forma às escolhas feitas em função da língua, do grupo social a que pertencem os interlocutores e da formação ideológica que organiza a convivência destes grupos, deve ser possível encontrar nele marcas destas determinações que são, enfim, as condições de sua produção. Isso possibilitará que se fale em três tipos de marcas (ou pistas):

- 1) As de ordem lingüística em que o enunciante dispõe de tal forma os elementos lingüísticos selecionados por ele que, em função dos seus objetivos e das imagens que faz do interlocutor, do assunto e da situação, possam produzir o sentido desejado, o que se pode entender como um processo argumentativo.
- 2) As de ordem enunciativa, em que enunciante se submeterá ao que o grupo social a que pertence, fixa em termos não das escolhas lingüísticas só, mas também quanto a assunto e modo de enunciar, o que se pode entender como uma forma de constituir e manter um poder do grupo.
- 3) As de ordem ideológica, determinantes das escolhas de ordem enunciativa e de ordem da língua, se instalam de forma muito sutil no discurso, porque remetem à função mascaradora de determinada ideologia. As marcas ideológicas são vagas e imprecisas: se localizam no interdito do que o enunciante produziu.

São estas as marcas que podem ser apresentadas como pistas para se descrever o que se entende por condições de produção do discurso. E pelo fato de o discurso ser o espaço em

que se dá a interação que constituirá os interlocutores como sujeitos, as marcas que revelam as condições de produção se constituem como o que se pode entender por condições de interação do discurso nos seguintes termos:

- 1) A base mínima para que possa haver alguma atividade interativa é o acordo dos interlocutores a respeito das marcas lingüísticas.
- 2) O entendimento dos interlocutores sobre as marcas do discurso que indicam o lugar social do enunciante e sobre as que revelam o comprometimento ideológico amplia, evidentemente, ao plano do desejável as possibilidades de uma interação.

Desta constatação, pode-se deduzir a noção de níveis de interação e, conseqüentemente, a de graus de consciência e graus de exercício da subjetividade, o que remete à concepção de leituras possíveis de um discurso. A concepção de leituras possíveis se possibilita aceitar vários mas não quaisquer sentidos para um discurso, deve aceitar que várias formações ideológicas podem determinar diferentemente a constituição destes sentidos.

Para, então, admitir que a cada interação discursiva se dá um sentido novo basta amparar-se no que se disse e que remete a um permanente processo de transformações das condições de produção do discurso (ou seja, do sentido). Essas transformações se dão a nível de:

- 1) LÍNGUA, que, sendo processo (ou sistematização aberta) varia no tempo a partir da ação conjunta e ininterrupta dos usuários, acionando-a.
- 2) CONSCIÊNCIAS dos interlocutores que, pelo fato de interagirem através do discurso, ampliam sua capacidade de percepção do que as determina a cada acontecimento.
- 3) REGRAS de enunciação que, a cada interação discursiva que se dá entre interlocutores de diferentes lugares sociais, se modificam e se adaptam à medida em que o

conflito entre grupos sociais alterar a distribuição e as relações de poder na formação social.

4) **FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS** que, no confronto dos discursos, se alteram e produzem movimento transformador de valores, crenças, etc.

Para o ensino de língua, por exemplo, especificamente as atividades com o texto (produção e leitura) o que se disse até aqui, representa a necessidade de se ter cuidados redobrados na demarcação da noção de interação que, evidentemente, direcionará a linha metodológica a ser adotada em sala de aula.

Não é preciso lembrar, aqui, que um maior ou menor grau de consciência depende do nível de interação que as atividades de aula desenvolvem a partir do texto. Uma pedagogia, por exemplo, que pretenda contribuir para que todas as pessoas tenham acesso à participação do que diz respeito à constituição de sentidos que possam mudar o indesejável na sociedade, não pode, seja propositada ou ingenuamente, adotar o jogo proposto pela formação ideológica que criou o indesejável.

E pelo ato de o ensino não poder ser nunca considerado uma atividade ideológica neutra, o presente trabalho se constitui dentro de uma perspectiva de provocar a discussão. Enfim, provocar a interação que pode mudar sentidos. Também os de aula.

Referências bibliográficas

- 1) BAKHTIN, M. (1986) - **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. S. Paulo, Hucitec.
- 2) DUCROT, O. (1987) - **O Dizer e o Dito**. Campinas, Pontes.
- 3) GERALDI, J. W. (1991) - **Portos de Passagem**. S. Paulo, M. Fontes.